

# Omega Energia e Implantação 1 S.A

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015 e 2014**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxo de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
Omega Energia e Implantação 1 S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia e Implantação 1 S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Omega Energia e Implantação 1 S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

#### **Ênfase**

##### **Reapresentação das demonstrações financeiras**

Em 8 de maio de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia e Implantação 1 S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 3.5, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para incluir divulgações adicionais, conforme descrito na referida nota explicativa. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



## Outros assuntos

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior  
Contador CRC 1SP178871/O-4

**Omega Energia e Implantação 1 S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

*(Em milhares de Reais)*

**ATIVO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Ativo circulante</b>					
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	6	15.214	27.649	54.709	92.682
<i>IR e CS a recuperar</i>		-	-	8	13
<i>Outros créditos</i>		1.489	-	706	120
<i>Dividendos a receber</i>		10	-	-	-
<i>Tributos a recuperar</i>		514	-	2.273	1.679
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>17.227</u>	<u>27.649</u>	<u>57.696</u>	<u>94.494</u>
<b>Ativo não circulante</b>					
<i>Investimentos</i>	8	113.223	104.862	-	-
<i>Imobilizado</i>	9	-	-	239.395	70.422
<i>Intangível</i>	10	4	-	4.135	1.936
		<u>113.227</u>	<u>104.862</u>	<u>243.530</u>	<u>72.358</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>113.227</u>	<u>104.862</u>	<u>243.530</u>	<u>72.358</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>130.454</u>	<u>132.511</u>	<u>301.226</u>	<u>166.852</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Omega Energia e Implantação 1 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	11	82	17	12.893	2.097
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	74.124	-
IR e CS a recolher		-	-	13	489
Obrigações trabalhistas e tributárias		1.956	1.371	2.139	1.600
Outras obrigações		30	20	74	711
Provisões diversas		46	207	48	333
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.114</b>	<b>1.615</b>	<b>89.291</b>	<b>5.230</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	83.595	30.726
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.595</b>	<b>30.726</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.114</b>	<b>1.615</b>	<b>172.886</b>	<b>35.956</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	13	129.362	129.362	129.362	129.362
Reservas de lucros a deliberar		-	1.534	-	1.534
Prejuízos acumulados		(1.022)	-	(1.022)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>128.340</b>	<b>130.896</b>	<b>128.340</b>	<b>130.896</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>130.454</b>	<b>132.511</b>	<b>301.226</b>	<b>166.852</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Omega Energia e Implantação 1 S.A.**

**Demonstrações de resultados dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014**

*(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
<i>Administrativas, pessoal e gerais</i>	14	(5.532)	(2.655)	(6.383)	(3.371)
<i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>		-	(1)	(27)	(3)
<i>Resultado de equivalência patrimonial</i>		379	4.103	-	-
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(5.153)</u>	<u>1.447</u>	<u>(6.410)</u>	<u>(3.374)</u>
<i>Receitas financeiras</i>	15	2.599	141	5.554	7.747
<i>Despesas financeiras</i>	15	(2)	(54)	(1.180)	(565)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<u>2.597</u>	<u>87</u>	<u>4.374</u>	<u>7.182</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(2.556)	1.534	(2.036)	3.808
<i>IRPJ e CSLL</i>	16	-	-	(520)	(2.274)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<u>(2.556)</u>	<u>1.534</u>	<u>(2.556)</u>	<u>1.534</u>
<i>Número de ações</i>				130.305.819	130.305.819
<i>Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (R\$)</i>	17			<u>(0,0196194)</u>	<u>0,0117681</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*



**Omega Energia e Implantação 1 S.A.**

**Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

*(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31/12/15</i>	<i>31/12/14</i>	<i>31/12/15</i>	<i>31/12/14</i>
<b><i>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</i></b>	(2.556)	1.534	(2.556)	1.534
<i>Outros resultados abrangentes</i>				
<b><i>Resultado abrangente total</i></b>	<u>(2.556)</u>	<u>1.534</u>	<u>(2.556)</u>	<u>1.534</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**Omega Energia e Implantação 1 S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros a deliberar</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2013 <i>(Não auditado)</i>	-	-	-	-
Aumento (Redução) de capital	129.362	-	-	129.362
Lucro líquido do exercício	-	-	1.534	1.534
Destinação do lucro	-	-	-	-
Reserva de lucros a deliberar	-	1.534	(1.534)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	<u>129.362</u>	<u>1.534</u>	<u>-</u>	<u>130.896</u>
				-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.556)	(2.556)
Absorção de prejuízos		(1.534)	1.534	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	<u>129.362</u>	<u>-</u>	<u>(1.022)</u>	<u>128.340</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

Omega Energia e Implantação 1 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
(Prejuízo) / Lucro antes de impostos	(2.556)	1.535	(2.036)	3.809
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(379)	(4.103)	-	-
Juros sobre empréstimos	-	-	2.952	61
	(2.935)	(2.568)	916	3.870
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>				
Tributos a recuperar	(514)	-	(589)	(641)
Dividendos	(10)	-	-	-
Outros créditos	(1.489)	-	(586)	2.225
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>				
Fornecedores	65	17	65	17
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(996)	(1.798)
Outras contas a pagar	434	1.598	(640)	1.513
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>(4.449)</b>	<b>(953)</b>	<b>(1.830)</b>	<b>5.186</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(157.985)	(38.564)
Aquisição de ativo intangível	(4)	-	(2.199)	(1.158)
Aumento de capital social em controladas	(7.982)	(3.700)	-	-
Cisão de caixa Potami	-	14.500	-	-
<b>Caixa Líquido gerado (usado) pelas atividades de investimento</b>	<b>(7.986)</b>	<b>10.800</b>	<b>(160.184)</b>	<b>(39.722)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	124.041	30.665
Caixa líquido obtido em operação de incorporação	-	-	-	78.751
Aumento de capital social	-	17.802	-	17.802
<b>Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>17.802</b>	<b>124.041</b>	<b>127.218</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(12.435)</b>	<b>27.649</b>	<b>(37.973)</b>	<b>92.682</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>				
No início do período	27.649	-	92.682	-
No fim do período	15.214	27.649	54.709	92.682
	<b>(12.435)</b>	<b>27.649</b>	<b>(37.973)</b>	<b>92.682</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Omega Energia e Implantação 1 S.A.**  
**Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas**  
**do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
*(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
(=) 1. <i>Receitas</i>	-	-	-	-
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+)	-	-	-
<i>Outras Receitas</i>	(+)	-	-	-
(=) 2. <i>Insumos adquiridos de 3o.</i>	(306)	(230)	(455)	(894)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(-)	-	-	-
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(-)	(221)	(428)	(609)
<i>Outros</i>	(-)	(9)	(27)	(285)
3. = (1-2) <i>Valor adicionado bruto</i>	(306)	(230)	(455)	(894)
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(-)	-	-	-
5. = (3-4) <i>Valor adicionado líquido</i>	(306)	(230)	(455)	(894)
(=) 6. <i>Valor adicionado recebido em transferência</i>	2.978	4.244	5.554	7.370
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+)	379	4.103	-
<i>Receitas Financeiras</i>	(+)	2.599	141	5.554
7. = (5+6) <i>Valor adicionado total</i>	2.672	4.014	5.099	6.476
(=) 8. <i>Distribuição do valor adicionado</i>	2.672	4.014	5.099	6.476
<i>Pessoal</i>	(+)	5.226	2.425	5.955
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+)	-	-	520
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+)	2	54	1.180
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+)	(2.556)	1.535	(2.556)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Omega Energia e Implantação 1 S.A. (“Companhia”), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 9 de dezembro de 2011 e transformou-se em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parques eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), e atividades relacionadas, o investimento no capital de outras sociedades nos setores de energia, recursos naturais, infraestrutura ou serviços a estas relacionados.

A OE&I 1 e suas controladas em construção têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de sua PCH e três usinas eólicas. A operação comercial das três usinas eólicas iniciou durante o terceiro trimestre de 2016 e a operação comercial da PCH é estimada para iniciar em abril de 2017.

#### **Reestruturações societárias:**

i) Incorporação de Potami Energia S.A. (“Potami”) e Musca Energia S.A. (“Musca”) por Omega Energia e Implantação 1 S.A.

Em 20 de maio de 2014, foi aprovada a emissão de 100.570.250 (cem milhões, quinhentas e setenta mil, trezentas e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal distribuídas entre os acionistas de OE&I 1 por meio da incorporação dos ativos líquidos de Potami e Musca mediante aumento de capital social que passou de R\$ 100,00 para R\$ 100.570.

ii) aumento de capital social pelos acionistas

Em 30 de junho de 2014, foi aprovada a emissão de 14.954.508 (quatorze milhões, novecentas e cinquenta e quatro mil, quinhentas e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que resultou no aumento do capital social, em dinheiro, no montante de R\$ 15.000, dessa forma, o capital social de OE&I 1 passou a ser de R\$ 115.570.

iii) Incorporação de Porto do Delta por Omega Energia e Implantação 1 S.A.

Em 30 de junho de 2014, foi aprovada a emissão de 10.204.812 (dez milhões, duzentos e quatro mil, oitocentas e doze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal distribuídas entre os acionistas de OE&I 1 por meio da incorporação dos ativos líquidos de Porto do Delta (anteriormente nomeada como EOL Porto das Barcas) mediante aumento do capital social no montante de R\$ 10.234, dessa forma, o capital social de OE&I 1 passou a ser de R\$ 125.806.

iv) Cisão parcial de Testa Branca II Energia S.A. (“Testa II”), Testa Branca IV Energia S.A. (“Testa IV”), Testa Branca V Energia S.A. (“Testa V”) e incorporada em Kyria Energia S.A. (“Kyria”)

Em 30 de junho de 2014, foi aprovada a cisão parcial do seu acervo líquido e transferência de caixa de R\$ 977, o qual foi deduzido do capital social referente a cisão do acervo líquido das investidas Testa II, Testa IV e Testa V e incorporada na coligada Kyria, sem o cancelamento de ações. O objetivo da reestruturação foi em função de simplificação administrativa e de gestão, bem como, economia de custos operacionais e propiciar o desenvolvimento e agilização das atividades das companhias, dessa forma o capital social de OE&I 1 passou a ser de R\$ 124.829.

v) aumento de capital social pelos acionistas

Em 30 de outubro de 2014, foi aprovada a emissão de 3.589.350 (três milhões, quinhentas e oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que resultou no aumento do capital social, em dinheiro, no montante de R\$ 3.554, dessa forma, o capital social de OE&I 1 passou a ser de R\$ 128.382.

vi) Incorporação de Testa II

Em 31 de outubro de 2014, foi aprovada a emissão de 986.619 (novecentas e oitenta e seis mil, seiscentos e dezenove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal distribuídas entre os acionistas de OE&I 1 por meio da incorporação dos ativos líquidos de Testa II mediante aumento do capital social no montante de R\$ 979, dessa forma, o capital social de OE&I 1 passou a ser de R\$ 129.362.

## **2 Entidades do Grupo**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas (“Grupo”) a seguir relacionadas:

### **Participação acionária**

#### Quadro de participações diretas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Potami Energia S. A.	100%	100%
Musca Energia S. A.	100%	100%

#### Quadro de participações indiretas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Testa Branca I Energia S. A.	100%	100%
Testa Branca II Energia S. A.	100%	100%
Testa Branca III Energia S. A.	100%	100%
Porto do Delta Energia S. A.	100%	100%
Sigma Energia S. A.	100%	100%

### **Potami Energia S.A (“Potami”)**

Sociedade de capital fechado (“holding”), constituída em 9 de dezembro de 2011, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

### **Testa Branca I Energia S.A. (“Testa I”), Testa Branca II Energia S.A. (“Testa II”) e Testa Branca III Energia S.A. (“Testa III”)**

São sociedades anônimas de capital fechado, detidas integralmente por Potami, tratando-se de projetos eólicos localizados no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Testa I foi constituída em 22 de maio de 2013 e, por meio da Portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 353, de 17 de julho de 2014, obteve autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até julho de 2049 da Central Geradora Eólica denominada Testa Branca I e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por dez unidades geradoras de 2.200 kW, atualmente em fase de implantação e com início de exploração comercial previsto para o 2º semestre de 2016.

Testa II foi constituída em 22 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca II e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, na qualidade de produtor independente de energia elétrica, aguardando sua viabilização através de venda da energia produzida em Leilão.

Testa III foi constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca III e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, na qualidade de produtor independente de energia elétrica, atualmente em fase de implantação e com início de exploração comercial previsto para o 2º semestre de 2016.

### **Porto do Delta Energia S.A. (“Porto do Delta”, denominada Eólica Porto das Barcas S.A. até 20 julho de 2015)**

Porto do Delta foi constituída em 15 de julho de 2013 e, por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.088, de 30 de agosto de 2011, obteve autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até agosto de 2041 da Central Geradora Eólica denominada Porto do Delta e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.800 kW de capacidade instalada, composta por 14 unidades geradoras de 2.200 kW, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, atualmente em fase de implantação e com início de exploração comercial previsto para o 2º semestre de 2016.

### **Musca Energia S.A (“Musca”)**

Musca é uma sociedade de capital fechado (“holding”), constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

### **Sigma Energia S.A. (“Sigma”)**

A Sigma é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de Maio de 2000, detida integralmente por Musca, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.246, de 16 de julho de 2013, autorizou a Musca a implantar e explorar, sob o regime de produção independente de energia elétrica, a Pequena Central Hidrelétrica Serra das Agulhas, localizada nos municípios de Diamantina e Monjolos, no Estado de Minas Gerais, constituída de dois geradores de 15.000 kW e potência instalada de 30.000 kW, incluindo as instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. O início de exploração comercial é previsto para o 4º trimestre de 2016.

## **3 Base de preparação**

### ***3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)***

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 16 de junho de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### ***3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



### **3.3 *Uso de estimativas e julgamentos***

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### **a) Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Instrumentos financeiros.

### **3.4 *Base de mensuração***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção de certos ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo.

### **3.5 *Reapresentação das demonstrações financeiras***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente aprovadas para emissão em 8 de maio de 2017, estão sendo reemitidas para inclusão de divulgações de eventos subsequentes que ocorreram após a data de autorização original, as quais estão sendo divulgadas nas notas explicativas 20(iv), 20(v) e 20(vi). A reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi autorizada pela administração em 16 de junho de 2017.

## **4 Principais políticas contábeis**

### **a. Base de consolidação**

#### *i. Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### *ii. Perda de controle*

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### *iii. Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

### **c. Instrumentos financeiros**

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos na categoria de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

#### *i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*ii. Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração*

**Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**d. Imobilizado**

*i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, e serão deduzidos de depreciação a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização, e por perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas caso aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

*ii. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

**e. Ativos intangíveis**

*i. Outros ativos intangíveis*

A controlada Potami mantém saldo de intangível proveniente da aquisição de Porto do Delta Energia S.A., adquirida inicialmente pela parte relacionada Zeta Energia S.A. e vertido em julho de 2014 para o portfólio de ativos de Potami. O ágio foi atribuído ao direito de exploração da autorização de exploração de Porto do Delta, sendo que a sua amortização será reconhecida no resultado por meio do método linear, no período entre o início de sua exploração comercial até agosto de 2041, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

*ii. Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

*iii. Amortização*

A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os exercícios de 2015 são as seguintes:

- Sistema ERP 5 anos
- Direitos de exploração de autorização de Porto do Delta  
30 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**f. Redução ao valor recuperável (impairment)**

*i. Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*ii. Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

**g. Benefícios a empregados**

*i. Benefícios de curto prazo a empregados*

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existia nenhuma provisão referente a processos judiciais.

***i. Arrendamentos***

***i. Determinando quando um contrato contém um arrendamento***

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

***ii. Ativos arrendados***

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

***iii. Pagamentos de arrendamento***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

***j. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas de receber o pagamento é estabelecido.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

**i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**ii. Imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Bancos	2	2	89	48
Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.212	27.647	54.620	92.634
	15.214	27.649	54.709	92.682

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas, substancialmente, por aplicações em renda fixa por meio do instrumento Compromissadas lastreadas em Debêntures, indexada em média 92,65% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2015 (99,56% em 31 de dezembro de 2014).



## 7 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Balanco patrimonial</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
<b>Outros créditos (a)</b>				
Sigma Energia S.A.	448	-	-	-
Omega Desenvolvimento Energia S.A.	239	-	239	-
Testa Branca I Energia S.A.	134	-	-	-
Testa Branca III Energia S.A.	134	-	-	-
Porto do Delta Energia S.A.	157	-	-	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	261	-	261	-
	<u>1.373</u>	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Outras obrigações (a)</b>				
Omega Energia S.A.	-	(18)	-	(18)
	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>
<b>Resultado</b>				
<b>Reembolso de despesas com controladas (a)</b> (creditadas na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais)				
Sigma Energia S.A.	(448)	-	-	-
Omega Desenvolvimento Energia S.A.	(239)	-	(239)	-
Testa Branca I Energia S.A.	(134)	-	-	-
Testa Branca III Energia S.A.	(134)	-	-	-
Porto do Delta Energia S.A.	(157)	-	-	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(261)	-	(261)	-
	<u>(1.373)</u>	<u>-</u>	<u>(500)</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se às alocações de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

## 8 Investimentos

### *Movimentação do investimento*

#### **Controladora**

	Musca Energia	Potami Energia	Total
Saldo em 31/12/14	47.055	57.807	104.862
Aumento de Capital	4.900	3.082	7.982
Resultado de equivalência patrimonial	(132)	511	379
Saldo em 31/12/15	<u>51.823</u>	<u>61.400</u>	<u>113.223</u>

## 9 Imobilizado

### Composição

	Consolidado			
	31/12/15		31/12/14	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso				
Obras civis	111.165	111.165	28.196	28.196
Equipamentos	80.699	80.699	29.544	29.544
Edificações	29.304	29.304	8.178	8.178
Custos a ratear	17.609	17.609	4.293	4.293
Terrenos	284	284	99	99
Outros	334	334	112	112
Total do imobilizado em curso	<u>239.395</u>	<u>239.395</u>	<u>70.422</u>	<u>70.422</u>

### Movimentação no exercício

	Consolidado					Valor líquido 31/12/15
	Valor líquido 31/12/14	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Imobilizado em curso						
Obras civis	28.196	82.951	-	-	18	111.165
Equipamentos	29.544	51.138	-	-	18	80.700
Edificações	8.178	21.126	-	-	(1)	29.303
Custos a ratear	4.293	13.286	-	-	30	17.609
Terrenos	99	185	-	-	-	284
Outros	112	287	-	-	(65)	334
Total do imobilizado em curso	<u>70.422</u>	<u>168.973</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>239.395</u>

### Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 8.604 (R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). A taxa média ponderada anual dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de imobilizado em serviço, foi de 5,4% a.a. em 2016.

### Imobilizado em serviço

Os saldos de imobilizado em serviço referem-se substancialmente a conclusão da construção da PCH Serra das Agulhas, que será operada pela controlada Sigma cuja previsão de início da operação comercial é para o mês de abril de 2017, e das usinas eólicas Testa I, Testa III e Porto do Delta, cujas operações comerciais iniciaram-se em setembro, agosto e novembro respectivamente.

## 10 Intangível

	Controladora		Consolidado		
	31/12/15	31/12/15	31/12/14		
	Custo histórico	Valor líquido	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível					
Intangível	-	-	2.703	1.023	1.023
Projetos em andamento	-	-	538	23	23
Sistema ERP	4	4	4	-	-
Ágio	-	-	890	890	890
<b>Total do intangível</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4.135</b>	<b>1.936</b>	<b>1.936</b>

### Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado			
	Valor líquido 31/12/14	Adições	Valor líquido 31/12/15	Valor líquido 31/12/14	Adições	Valor líquido 31/12/15
Intangível						
Intangível	-	-	-	1.023	1.680	2.703
Projetos em andamento	-	-	-	23	515	538
Sistema ERP	-	4	4	-	4	4
Ágio	-	-	-	890	-	890
<b>Total do intangível</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1.936</b>	<b>2.199</b>	<b>4.135</b>

## 11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fornecedores	82	17	12.893	2.096
	82	17	12.893	2.097

Refere-se a valores a pagar relativos a aquisições de materiais e serviços prestados por terceiros na implantação da usina, os quais compõe o ativo imobilizado em curso.

## 12 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Financiamentos - BNDES	84.105	30.726
Empréstimo - Banco ABC	74.124	-
Custo de captação	(510)	-
	<b>157.719</b>	<b>30.726</b>
Parcela do circulante	74.124	-
Parcela do não circulante	83.595	30.726

**Movimentação no exercício – Consolidado**

	Principal	Encargos	Custo Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	30.665	61	-	30.726
Adição BNDES	52.517	-	-	52.517
Custo Transação BNDES	-	-	(510)	(510)
Adição banco ABC	71.524	-	-	71.524
Encargos financeiros provisionados	-	3.462	-	3.462
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>154.706</u>	<u>3.523</u>	<u>(510)</u>	<u>157.719</u>

Em 22 de dezembro de 2014, foi firmado o contrato de empréstimo-ponte pela controlada Sigma com o BNDES, com a liberação de R\$ 30.665, destinado à implantação da PCH Serra das Agulhas, ao custo de variação da TJLP acrescido de 2,40% a.a. Em setembro de 2015, houve a liberação do valor do financiamento de longo prazo, também com o BNDES, já líquido do saldo devido do empréstimo-ponte. O financiamento de longo prazo totaliza R\$ 96.927, com prazo de 240 meses para amortização e 24 meses de carência para início do pagamento. A remuneração pactuada é pela variação da TJLP acrescida de 2,02% a.a. Em setembro de 2015, foi efetuado o desembolso de R\$67.629, reduzido do saldo do empréstimo-ponte e, em dezembro de 2015, o valor de R\$15.000. O saldo remanescente será desembolsado no decorrer do ano de 2016.

Em julho de 2015, foi realizado um empréstimo ponte para o Complexo Testa Branca, por meio de suas SPEs Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta, nos valores de R\$21.100, R\$22.900 e R\$25.000, respectivamente, pelo prazo de 9 meses e juros de CDI acrescido de 2,35% a.a.

**12.1 Cronograma de pagamento**

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2016	74.124	78.003
2017	2.994	1.879
2018	4.142	4.513
2019 a 2021	12.426	13.539
2022 a 2024	12.426	13.539
2025 a 2027	12.426	13.539
2028 a 2030	12.426	13.539
2031 a 2033	12.426	13.539
2034 a 2037	14.839	16.172
	<u>158.229</u>	<u>168.261</u>

## 13 Patrimônio líquido

### *Capital social*

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$129.362, representado por 130.305.819 ações ordinárias.

Acionistas		2015		2014	
		Ações ON	%	Ações ON	%
Omega Desenvolvimento I Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon e Warburg Pincus	129.126.431	99,09%		
BJJ Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon			70.725.815	54,28%
WP X Omega Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus			49.081.537	37,67%
Ecopart Investimentos S.A.	- Ecopart			9.456.385	7,26%
Administradores	- Diretoria	1.179.388	0,91%	1.042.082	0,80%
		<u>130.305.819</u>	<u>100,00%</u>	<u>130.305.819</u>	<u>100,00%</u>

Em 1º de setembro de 2015, o anterior acionista Ecopart Investimentos S.A. alienou a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia de sua propriedade para os acionistas Tarpon e Administradores.

Em 17 de setembro de 2015, os acionistas BJJ Fundo de Investimento em Participações e WP X Omega Fundo de Investimento em Participações contribuíram com suas participações na Companhia na formação do capital social da Omega Desenvolvimento I Fundo de Investimento em Participações

### *Distribuição dos lucros*

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

## 14 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas com Serviços de Terceiros	(100)	(221)	(205)	(316)
Despesas Pessoal	(5.162)	(2.425)	(5.573)	(2.480)
Despesas gerais e administrativas	(64)	(9)	(382)	(166)
Despesas com Seguros	(5)	-	(5)	-
Despesas com ocupação	(147)	-	(147)	(11)
Despesas com Due Diligence	(54)	-	(54)	(293)
Tributos	-	-	(17)	(70)
Despesas Administrativas	-	-	-	(36)
	(5.532)	(2.655)	(6.383)	(3.372)

Os valores das despesas administrativas, pessoal e gerais no consolidado em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados líquidos de valores reembolsáveis de partes relacionadas nos montantes de R\$ 1.373 e R\$500 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente e valores capitalizados no ativo imobilizado consolidado de R\$466.

## 15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<u>Receitas Financeiras</u>				
Outras receitas	1	-	172	1.309
Juros s/ aplicações financeiras	2.392	141	5.209	6.439
Receita Debêntures	283	-	283	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(77)	-	(110)	-
Variação Cambial	-	-	-	(378)
	2.599	141	5.554	7.370
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(9.663)	-
Capitalização de juros s/ empréstimos	-	-	8.604	-
Outras despesas	(2)	(54)	(121)	(184)
IOF	-	-	-	(3)
	(2)	(54)	(1.180)	(187)
	2.597	87	4.374	7.183

## 16 Imposto de renda e contribuição social

*Reconciliação da taxa efetiva do imposto*

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.036)	3.809
Alíquota oficial de imposto %	<u>-34%</u>	<u>-34%</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	692	(1.295)
Diferenças permanentes		
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(1.105)	(873)
Outros	(107)	(106)
	<u>(520)</u>	<u>(2.274)</u>
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social	<u>(520)</u>	<u>(2.274)</u>
Alíquota efetiva	-25,54%	59,70%

## 17 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação básico e diluído por ação, para os exercícios de 2015 e 2014.

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2.556)	1.535
Denominador		
Média ponderada do número de ações	<u>130.305.819</u>	<u>130.305.819</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - em Reais	<u>(0,0196194)</u>	<u>0,0117681</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

## 18 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

#### ***Risco de crédito***

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituição financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é de R\$54.709 (R\$92.682 em 31 de dezembro de 2014), representado pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa conforme apresentado na nota explicativa nº 6.

#### ***Risco de mercado (taxa de juros)***

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP e a CDI.

#### ***Análise da sensibilidade dos passivos financeiros***

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual o Grupo está exposto, na data de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e do CDI para as aplicações financeiras de liquidez imediata, o caixa restrito e outros financiamentos do Grupo, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 com taxa de 7,5% da TJLP e 14% do CDI, e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.



Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<b>TJLP</b>	Exposição em		Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
	31/12/2015	Risco			
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - SIGMA	(84.104)	variação da TJLP	(6.311)	(7.889)	(9.467)
<b>Total</b>	<b>(84.104)</b>		<b>(6.311)</b>	<b>(7.889)</b>	<b>(9.467)</b>
<b>CDI</b>					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	54.620	variação da CDI	7.647	9.559	11.471
Empréstimo Ponte junto ao banco ABC - TESTA BRANCA I	(23.393)	variação da CDI	(3.275)	(4.094)	(5.118)
Empréstimo Ponte junto ao banco ABC - TESTA BRANCA III	(24.255)	variação da CDI	(3.396)	(4.245)	(5.306)
Empréstimo Ponte junto ao banco ABC - EOL PORTO DO DELTA	(26.476)	variação da CDI	(3.707)	(4.634)	(5.793)
	<b>(19.505)</b>		<b>(2.731)</b>	<b>(3.414)</b>	<b>(4.097)</b>

### **Risco de liquidez**

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamento com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 12.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo pode utilizar instrumento de debêntures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com o intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantém esse instrumento.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem, através da controlada Sigma, contrato de financiamento com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A aplicação dessas cláusulas não são ainda exigidas.

### ***Classificação dos instrumentos financeiros***

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Categoria
	31/12/15	31/12/14 <i>(Não auditado)</i>	
Caixa e equivalentes de caixa	54.709	92.682	A
Empréstimos e financiamentos	157.719	30.726	B
Fornecedores	12.893	2.097	B

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

### ***Hierarquia de valor justo***

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$89 em 31 de dezembro de 2015 (R\$48 em 31 de dezembro de 2014) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$54.620 em 31 de dezembro de 2015 (R\$92.634 em 31 de dezembro de 2014).

## **19 Compromissos – Arrendamentos mercantis operacionais**

As controladas do Complexo Delta 2 participam de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionados ao uso de terreno onde instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, não foi reconhecido qualquer valor no resultado em função do Complexo Delta estar em fase de implantação.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	Consolidado
	31/12/15
Até um ano	342
Entre um ano e quatro anos	5.713
Mais de quatro anos	29.248
	<u>35.303</u>

## **20**    **Eventos subsequentes**

### i) Autorização Aneel - Testa III

A Aneel, por meio da Portaria nº 27, de 1º de março de 2016, autorizou a controlada Testa III a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Testa Branca III, no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí, com 22.000 kW de capacidade instalada, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.200 kW, para comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica.

### ii) Captação de empréstimos com BNDES

Em junho de 2016, as controladas Testa I, Testa III e Porto do Delta tiveram liberações de novos financiamentos para continuação da construção das usinas eólicas. Os valores liberados foram de R\$ 69.500, R\$ 84.312 e R\$ 128.324 respectivamente, com taxas de juros entre 2,18% a.a. e 2,48% + TJLP com vencimento final janeiro de 2033. Esses recursos foram utilizados para liquidação dos empréstimos obtidos com o Banco ABC em julho de 2015.

### iii) Início das operações comerciais de Testa I, Testa III, Porto do Delta e Sigma Energia S.A.

No segundo semestre de 2016, houve o início das operações comerciais de Testa I, Testa III e Porto do Delta. As operações comerciais iniciaram-se nos meses de setembro e outubro para Testa I, agosto e setembro para Testa III e novembro para Porto do Delta. A operação comercial de Sigma Energia S.A. iniciou em abril de 2017.

### iv) Alteração de controle acionário da Companhia

Os acionistas da Companhia decidiram integralizar, com as 139.206.546 ações ordinárias nominativas que representam a totalidade do seu capital social, parte do aumento do capital social da parte relacionada Omega Geração S.A., cuja emissão foi autorizada em assembleia geral extraordinária dessa última realizada em 12 de maio de 2017.

O aumento total do capital social de Omega Geração S.A. foi de R\$166.861, passando dos atuais R\$265.296 para R\$432.157, mediante a emissão de 136.012.276 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com o preço de emissão por cada ação emitida de R\$1,22680743, estabelecido de acordo com o art. 170, § 1º, inciso II da Lei das S.A.

Nesse aumento de capital social de Omega Geração S.A., os acionistas da Companhia participam como descrito acima com a subscrição de R\$143.071. A transação depende de anuências prévias de terceiros para a alteração do controle direto da Companhia e pelo subscritores dessas novas ações.

v) Emissão de debêntures pela controlada Potami e pagamento de empréstimo

Em 11 de maio de 2017, a controlada Potami realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, através de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$42.431. O prazo de amortização dessas debêntures é de 19 parcelas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 de dezembro de 2017 e a última prestação no dia 15 de dezembro de 2026. Os juros incidentes sobre as debêntures são correspondentes a 7,3754% a.a., além da atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. Com o ingresso dos recursos da emissão da debentures, a Companhia realizou o pagamento de empréstimo no valor de R\$ 36.000 na mesma data.

vi) aporte de capital em subsidiárias pela Potami.

Em 12 de maio de 2017, a controlada Potami realizou aumento de capital com integralização de novas ações preferencias nominativas emitidas por cada uma de suas três controladas diretas, quais sejam Testa I, Testa III e Porto do Delta, no montante de R\$19.423.